

PORTARIA Nº 54, DE 17 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 211, § 2º, c/c o art. 255, II, b, da Lei Complementar nº 840/2011, e com fulcro no artigo 214, §2º, desta mesma Lei, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, a contar do dia subsequente ao vencimento, o prazo para a conclusão do Processo Sindicante instaurado pela Portaria nº 44, de 21 de fevereiro de 2017, publicada no DODF nº 38, de 22 de fevereiro de 2017, p. 65, com a finalidade de apurar os fatos constantes dos autos do Processo nº 0380-000782/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUTEMBERG GOMES

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA Nº 49, DE 09 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, Interino, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 211 e 214, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, incisos VIII e XL do Artigo 100, do Decreto nº 27.784/2007 e, considerando que, de acordo com o exposto pelo Presidente da Comissão de Sindicância nº 055.025012/2015, instaurada pela Portaria nº 195, de 03/08/2015, publicada no DODF nº 153, de 10/08/2015 e reinstaurada pela Portaria nº 22, de 31/01/2017, publicada no DODF nº 38, de 22/02/2016, não foi possível concluir os trabalhos no prazo legal, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, de acordo com o § 2º, do artigo 214, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, o prazo para conclusão dos trabalhos, por 30 (trinta) dias, a contar de 24 de março de 2017, a fim de dar continuidade à apuração dos fatos relacionados no Processo nº 055.025012/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVAIN BARBOSA FONSECA FILHO

INSTRUÇÃO Nº 168, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, Inciso XLI, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 27.784, do Detran/DF de 16 de março de 2007, tendo em vista o disposto na Instrução 363/2011, RESOLVE:

Art. 1º Recredenciar pelo período de 12 (doze) meses o(a) BANCO BMG S.A, CNPJ nº 61.168.680/0001-74, processo nº 055.005909/2017, a partir da data da assinatura do termo de obrigações, para o uso de código de gravames financeiros de compra e venda com Reserva de Domínio, Alienação Fiduciária em Garantia, Penhor de Veículos e Arrendamento Mercantil ou Leasing, e autorizar o acesso e uso do sistema do Detran-DF, restritos às funções 2550 e 2001, que correspondem ao registro de contratos e à consulta dos registros realizados, conforme a Resolução 320/2009 do Contran.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

SILVAIN BARBOSA FONSECA FILHO

INSTRUÇÃO Nº 169, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL, Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 100, Inciso XLI, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 27.784, do Detran/DF de 16 de março de 2007, tendo em vista o disposto na Instrução 363/2011, RESOLVE:

Art. 1º Recredenciar pelo período de 12 (doze) meses o(a) BANCO CIFRA S.A, CNPJ nº 62.421.979/0001-29, Processo nº 055.005911/2017, a partir da data da assinatura do termo de obrigações, para o uso de código de gravames financeiros de compra e venda com Reserva de Domínio, Alienação Fiduciária em Garantia, Penhor de Veículos e Arrendamento Mercantil ou Leasing, e autorizar o acesso e uso do sistema do Detran-DF, restritos às funções 2550 e 2001, que correspondem ao registro de contratos e à consulta dos registros realizados, conforme a Resolução 320/2009 do Contran.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

SILVAIN BARBOSA FONSECA FILHO

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

PORTARIA Nº 32, DE 20 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 105, Parágrafo Único, da Lei Orgânica do Distrito Federal, RESOLVE:

Art.1º Acolher integralmente o Relatório Final da Comissão Especial de Sindicância no âmbito da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal, instaurada pela Portaria nº 05 de 13/01/2017, publicada no DODF N.º 11, de 16/1/2017 e republicada com correções no DODF n.º 15, de 20/1/2017, para apurar as irregularidades administrativas constantes dos autos do Processo n.º 110.000.063/2017, Processo Licitatório n.º 110.000.018/2013 e Processos de Pagamento n.ºs 112.005.427/2015, 112.004.192/2015, 112.000.775/2016, 112.003.023/2016 e 112.004.128/2016;

Art. 2º Determinar o arquivamento do processo n.º 110.000.063/2017 sem aplicação de sanções a quaisquer pessoas a responsabilidade por lhes dar causa, em razão de não restarem comprovadas negligência ou má fé na execução do objeto contratual;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO RAIMUNDO S. R. COIMBRA

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

ATA DA 805ª (OCTINGENTÉSIMA QUINTA) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, REALIZADA EM 17 DE MARÇO DE 2017.

Aos dezessete dias do mês de março de dois mil e dezessete, às dezessete horas, na sala de reuniões, na Sede da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, localizada no Setor de Áreas Públicas - SAP, Lote "B"- CNPJ 00.037.457.0001-70, NIRE nº. 5350000090-9, reuniu-se em sessão Extraordinária, o CONSELHO FISCAL, com a presença dos Senhores Conselheiros DENIS DO PRADO NETTO, HÊNIO BRANDÃO DA CRUZ, KÁTIA CRISTINA CANTANHÊDE DA CRUZ e EDUARDO RODRIGUES DA SILVA. Presentes também, o representante da Auditoria Interna, Sr. MARCUS VENICIUS LIMA DOS SANTOS. Aberta a Sessão, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos e passou-se ao exame dos itens da pauta: 01) EXAME DO PROCESSO Nº 112.000.603/2017 - PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - EXERCÍCIO 2016; PARECER DO CONSELHO FISCAL - O Conselho Fiscal da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório da Administração referente ao exercício de 2016, e do Relatório de Auditoria Interna nº 001/2017, e analisou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado de Exercício, da Demonstração do Fluxo de Caixa, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados, e das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes de 17 de fevereiro de 2017, emitido pela AUDILINK Auditores e Consultores, que opinou com ressalvas. O lucro apurado no exercício, da ordem de R\$ 10,3 milhões, foi integralmente destinado à absorção dos prejuízos acumulados registrados no Balanço Patrimonial, conforme registrado na Nota Explicativa nº 34.6. Desta forma, o Conselho Fiscal, ressalvados os efeitos que possam advir do indicado nos parágrafos "a" a "c" da "Base para Opinião com Ressalva" contida no referido relatório, bem como da ausência de deliberação, por parte da Assembleia-Geral dos Acionistas, sobre as contas do exercício de 2015, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP e manifesta-se favorável à submissão dos referidos documentos à Assembleia Geral dos Acionistas nos termos da legislação vigente. Brasília, 17 de março de 2017. 02) OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA COMPANHIA. Nada mais a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos e para constar eu, Rosa Luzia Basílio S. Santos, lavrei a presente ata, transcrita no Livro de Atas conforme Lei nº 6.404/76 e Lei nº 5.764/71, que lida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros presentes.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FUNDO DISTRITAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FUNDHIS

Às nove horas do nono dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, no Setor Comercial Sul -SCS, Quadra 06, Bloco A, Segundo Andar, Sala de Reuniões do Edifício Sede da SEGETH, o Secretário de Estado da Secretaria de Gestão do Território e Habitação - SEGETH, Thiago Teixeira de Andrade, deu por aberta a 14ª Reunião Ordinária do Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social - FUNDHIS, que contou com a presença dos conselheiros relacionados ao final desta Ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia. 1.1. Abertura. 1.2. Verificação do quorum. 1.3. Informes do Presidente. 1.4. Posse de Conselheiros. 1.5. Aprovação da Ata da 13ª Reunião Ordinária de 22/06/2016. 1.6. Aprovação do Calendário para as Reuniões Ordinárias 2017. 1.7. Apresentação Encerramento do Exercício 2016. 1.8. Apreciação do Orçamento 2017 para Ratificação. 2. Assuntos Gerais. 3. Encerramento. O Secretário Thiago Teixeira de Andrade após conferir o quorum, cumprimentou a todos e passou ao Subitem 1.4. Posse de Conselheiros. Empossados os conselheiros: José Antonio Bueno Magalhães Júnior, conselheiro suplente, representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal - SINDUSCON/DF; Rafael Loschi Fonseca, conselheiro suplente, representante do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM. Na sequência passou ao Subitem 1.5. Aprovação da Ata da 13ª Reunião Ordinária de 22/06/2016. A Ata foi aprovada por unanimidade, conforme apresentada. Em seguida passou ao Subitem 1.6. Aprovação do Calendário para as Reuniões Ordinárias 2017. Informou que o regimento prevê a realização de quatro reuniões anuais e propôs o seguinte calendário para 2017: a primeira reunião em 16/03/2017; a segunda em 08/06/2017; a terceira em 17/08/2017; e a quarta em 23/11/2017, às quintas-feiras, às 9h. O calendário foi aprovado sem ressalvas. Passou ao Subitem 1.7. Apresentação Encerramento do Exercício 2016. O Secretário Executivo da Unidade Gestora de Fundos - UGF, Ivo Porto, iniciou a apresentação e pontuou: a) Que o orçamento é balizado com fontes atuais, oriundos de empreendimentos de editais da CODHAB, percentuais estimado em 3.786 milhões para o ano corrente, distribuídos em quatro programas do orçamento; b) Que alguns valores entraram de alienação e outros de rendimentos; c) Que há um contrato em execução, que é da antiga empresa GERIS, atualmente chamada TUV; d) Que a execução de infraestrutura do contrato da TUV, do orçamento de 18 milhões, foi empenhada 6 milhões, e até novembro liquidado 3 milhões, correspondendo execução orçamentária de 16%; e) Que o valor efetivamente pago e liquidado corresponde a 9%; f) Que as faturas de novembro e dezembro poderá elevar a execução financeira; g) Que o recurso é oriundo de um superávit financeiro de 13 milhões, apurados no início de 2016 e, no entanto, por questão orçamentária e financeira, o Governo do Distrito Federal está administrando; h) Dos 13 milhões, a governança, autorizou a utilização de 6 milhões, estimativa essa das faturas a serem apresentadas no decorrer do ano; i) Que o Fundo tem comprometido o valor de mais ou menos 3,7 milhões na execução do contrato da TUV; j) Que 41 milhões está comprometido com a construção de Centro de Ensino, Centro de Artes, Centro de Saúde, conforme resoluções aprovadas em 2014 e que voltaram para apreciação na 12ª Reunião, momento em que o pleito decidiu mantê-las ativas; k) Que a alienação é o percentual sobre a contratação de empreendimentos e arrecadou 258 mil reais no ano de 2016 e, que nos valores aplicados em

po poupança houve redução drástica, tendo 40 reais por mês de rendimento, totalizando 262 mil reais de arrecadação até novembro; l) Que o saldo atual em conta no Banco de Brasília - BRB é 10 milhões, valor esse do superávit, e na Caixa Econômica Federal - CEF 189 mil reais; m) Que a média da execução orçamentária dos quatro anos é de 9%, e a média financeira é de 2%; n) Que foi distribuído 30,9 milhões nos programas; o) Que é de praxe o Conselho tomar conhecimento e referendar, para ser publicado no Diário Oficial. Na sequência, a palavra foi aberta aos conselheiros. Tendo como primeiro inscrito, o Conselheiro Antônio Batista de Moraes lembrou que na última reunião foi discutido a possibilidade de buscar recursos para o Fundo. Informou que foi realizado um estudo sobre a viabilidade da loteria distrital e que o relatório foi apresentado ao Grupo de Trabalho do FUNDHIS. Ressaltou que visitaram os estados do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Piauí em busca de informações sobre a metodologia utilizada. No Rio de Janeiro a loteria digital está ligada ao Gabinete Civil e da Primeira Dama. Revelou que poderá ser fonte de recurso para o governo do Distrito Federal e que o Governador concordou com a possibilidade de ser trabalhada para a questão da habitação de interesse social. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, afirmou que na primeira reunião de março, o assunto será colocado em pauta. O Conselheiro Antônio Batista de Moraes pediu esclarecimento quanto ao superávit de 2016 para 2017. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, respondeu que corresponde aos 10 milhões retirado o empenho que ainda restará até o final do ano, tendo um superávit em torno de 7 milhões. O secretário executivo, Ivo Porto, explicou que ficará os 30 milhões mais o superávit. O Conselheiro Antônio Batista de Moraes questionou: a) quanto à terceira etapa do Riacho Fundo e Recanto das Emas; b) quanto à segunda etapa do Guará; c) propôs que na próxima reunião, atualize o plano quanto às resoluções aprovadas e os encaminhamentos. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, esclareceu que entrará com superávit no final da contratação, em 2018, da mesma forma que os outros do Minha Casa Minha Vida. O Conselheiro, Gilson José Paranhos de Paula e Silva, informou que para 2018 está previsto 11.918 com mais 2.697 para o Riacho Fundo e para 6.920 para o Recanto. Relembrou as discussões em torno dos valores do Mangueiral e do Paranoá. E que no Paranoá Parque, a Secretaria de Educação conseguiu viabilizar um Centro de Ensino. Por outro lado, no Riacho Fundo há projetos prontos para duas escolas e uma Unidade Básica de Saúde. Chamou a atenção para maior celeridade quanto à viabilização das obras. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, acatou a sugestão do Conselheiro, Antônio Batista de Moraes, de rever na próxima reunião do FUNDHIS as resoluções aprovadas e os encaminhamentos decorrentes. Ressaltou que há necessidade de fazer o processo, rever valor, orçamento e projeto executivo. Sugeriu que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB providencie todo o processo para que na reunião de março possa ser apresentado e relatado. O orçamento para 2017 foi aprovado, bem como a apresentação do encerramento do exercício de 2016. Item 2. Assuntos Gerais: Não houve assuntos as serem tratados neste item. Em seguida, passou ao Item 3. Encerramento: Não havendo mais assuntos a tratar, o Secretário Thiago Teixeira de Andrade encerrou os trabalhos, agradecendo a presença de todos. JORGE ERNANI MARINHO SANTOS, Representante Suplente SEF; RAFAEL LOSCHI FONSECA, Representante Suplente IBRAM; GILSON JOSÉ PARANHOS DE PAULA E SILVA, Representante Titular CODHAB; JOSÉ ANTONIO BUENO MAGALHÃES, Representante Suplente - Área Empresarial; NILVAN VITORINO DE ABREU, Representante TITULAR - Área de Habitação; ANTONIO BATISTA DE MORAIS, Representante Titular Área de Habitação e IGOR FARIAS BASÍLIO, Representante Titular Área de Habitação.

Brasília/DF, 16 de março de 2017
THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE
 Secretário de Estado

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVA AO PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA - PPCUB (*)

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia onze de fevereiro de dois mil e dezessete, no Auditório do Museu da República, situado no Setor Cultural Sul, Lote 2, próximo à Rodoviária do Plano Piloto foi aberta a Audiência Pública relativa ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB. A lista de presença encontra-se anexada ao final desta Ata. A pauta segue transcrita: 1. Leitura do regulamento; 2. Apresentação Técnica; 3. Questionamento da Plenária; 4. Encerramento. O Mestre de Cerimônia cumprimentou os presentes e para compor a mesa, convidou, a Coordenadora de Preservação da SEGETH, da Subsecretaria de Política e Planejamento - SUPLAN/SEGETH, senhora Vera Maria dos Santos Gamarski, O Subsecretário de Política e Planejamento da SUPLAN/SEGETH, senhor Vicente Correia Lima Neto, o Administrador da Administração Regional do Cruzeiro/Octogonal e Sudoeste, senhor Reginaldo Sardinha, o Secretário Adjunto da SEGETH, senhor Luiz Otávio Alves Rodrigues e o Secretário de Estado de Gestão do Território e Habitação - SEGETH, senhor Thiago Teixeira de Andrade. Em seguida, o Cerimonialista solicitou aos presentes posição de respeito para a execução do Hino Nacional Brasileiro. 1. Leitura do regulamento. Em ato contínuo, procedeu à leitura do Regulamento que define o procedimento a ser adotado para o andamento desta Audiência Pública. Ressaltou que a respectiva Audiência é aberta a todos os cidadãos e que será registrada por gravação de áudio, e o material produzido comporá a memória do processo que trata o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB, tendo como objetivo discutir e angariar contribuições da população para os estudos preliminares relativos ao PPCUB. Destacou ainda, que os avisos de convocação foram publicados no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF, nº 6 e 17, dos dias 9 e 24/01/2017 e em Jornais de Grande Circulação nos dias 9 e 24/01/2017, e também, no site www.segeth.df.gov.br, no link de Audiências Públicas e Consultas Públicas. 2. Apresentação Técnica: O cerimonialista convidou, também, para compor a mesa, a Diretora de Gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília da SUPLAN/SEGETH, senhora Josiana Aguiar Wanderley; A Diretora de Preservação da SUPLAN/SEGETH, senhora Ana Carolina Canuto Coelho. Passou a palavra e a coordenação dos trabalhos ao Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, que agradeceu a presença dos componentes da mesa, da sociedade civil, dos representantes de classe, lideranças de bairros, das associações. Ressaltou a importância do ano de 2017, pois completa 60 anos da escolha do Projeto Urbanístico de Lúcio Costa e, em comemoração, serão lançados projetos para adequar às cidades onde tem mais demanda de pedestres e pessoas que se utilizam o transporte público para o novo modal de mobilidade que é o ciclismo. Destacou, ainda, que esta Audiência Pública não é finalística e que será apresentado o projeto final à população, antes de ser enviado o projeto à Câmara Legislativa. Reafirmou a importância da participação da sociedade civil, que é um trampolim para um salto maior do PPCUB, considerando que é um plano de preservação, legislação de uso e ocupação do solo e plano de desenvolvimento local, no caso, para área tombada, e que estabelece diretrizes, programas e projetos especiais que deverão ser desenvolvidos no futuro, por exemplo, a revitalização da W3, projetos de requalificação e acessibilidade das áreas centrais, especialmente, setor comercial sul e norte, setor hoteleiro sul e norte, setor bancário e autarquias. Informou que há um Grupo técnico da Segeth que produz conteúdos, pesquisas e, que inclusive está muito avançado a organização de toda a base cadastral e de dados, principalmente colocando-as em geoprocessamento cujos resultados são submetidos à Câmara Técnica do PPCUB, que é composta por membros da sociedade civil advindos do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal - CONPLAN e do Conselho Consultivo de Preservação e Planejamento Territorial e Metropolitano do Distrito Federal - CCPPTM, que nas reuniões no decorrer do ano 2016, debateram sobre os conceitos, concepção, valores fundamentais. O Secretário, Thiago Tei-

xeira de Andrade, iniciou a apresentação destacando: a) questões conceituais; b) definição e características das quatro escalas urbanas: monumental, residencial, gregária e escala bucólica; c) objetivo macro do PPCUB que é preservar, consolidar, salvaguardar e valorizar o conjunto urbanístico de Brasília, bem como fomentar a condição de cívicas da capital federal; d) as características fundamentais da valoração assegurada em atributos físicos e instrumentos de gestão; e) a questão da perda de densidade demográfica nas grandes cidades, e podem estimular a ocupação das áreas centrais evitando a criação de novos assentamentos; f) articulação com o PDOT e outras leis de regulamentação; g) o Fórum de debates sobre o PPCUB que será instituído pela SEGETH para participação da sociedade civil. Em seguida a palavra foi franqueada aos presentes, conforme inscrições previamente realizadas. A representante da Frente Comunitária do Sítio Histórico de Brasília, senhora Tânia Battella de Siqueira, que neste ato, representa, também, o Instituto Histórico e Geográfico - IHG/DF, o Movimento Urbanistas por Brasília, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS/DF, Conselho Comunitário da Asa Sul - CCAS e o Conselho Comunitário da Asa Norte - CCAN, procedeu a leitura de documento onde destacou os conflitos entre o novo plano de preservação que executa e implementa projetos e intervenções que impactam diretamente na área tombada, a exemplo, a nova regulamentação dos Puxadinhos, Projeto Orla Livre e outras Parcerias Público-Privadas. Ressaltou o que consta no PDOT se refere à área tombada e deve ser objeto de debate e definições nesse momento, e não de implementar sem que passe pelo Plano de Preservação. Salientou que a Portaria nº 166/2016 do IPHAN altera e dá margem para flexibilização do uso altamente perniciosa ao Conjunto Urbanístico de Brasília. Ponderou, ainda, que não foram debatidas na Câmara Técnica as seguintes questões: a) sistematização da tabela de atividades para a LUOS e PPCUB; b) elaboração do quadro comparativo do regime normativo de uso e ocupação vigente, e o regime normativos estabelecidos para o documento base do PPCUB. Revelou que as entidades representadas que assinam este documento não concordam com a aprovação do Plano com a estrutura que consta no texto base. Ao final da leitura, o documento foi entregue à coordenação da mesa. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, esclareceu que quanto aos instrumentos nas ressalvas colocadas, acha pertinente, e compatibilizar com a nomenclatura do Lúcio Costa no sentido da flexibilização de uso é totalmente possível também. Ressaltou que ninguém está querendo fazer a flexibilização de uso de forma universal, e tão pouco existe a possibilidade disso ser feito, porque essa questão de uso só pode ser estabelecida nas planilhas de uso e ocupação que está bem especificado. Com relação às tabelas de atividades, elas serão ponto de discussão posterior, em capítulo subsequente. Acrescentou, ainda, que podem melhorar a redação com a questão de centro urbano, conforme sugerido. Destacou que os projetos desenvolvidos não são de alteração ou de parcelamento, e sim, de requalificação e, principalmente, no sentido de gestão urbana e de zelo à cidade, independentemente de estar no PDOT, por exemplo, a requalificação do Setor Comercial Sul, com melhoramento das calçadas, pisos, acessibilidade, cobertura de algumas áreas destinadas para eventos, como já eram previstas no projeto original. Informou que a questão da Cidade Aeroportuária, o projeto pertence à concessionária administradora do aeroporto e será apresentado e debatido pela Secretaria. Esclareceu, também, que o projeto de revitalização da W3 não cria lotes, e sim, requalifica os espaços públicos, especificamente as quadras 111 e 112. Considerou as diretrizes pertinentes principalmente no sentido do texto legislativo, e que foram construídas baseadas no consenso, com adendos, sugestões e debates dos representantes do Grupo de Trabalho e da Câmara Técnica nas 15 reuniões realizadas, e que naturalmente serão incorporadas no documento apresentado. A senhora, Tânia Battella de Siqueira, salientou que esse foi o primeiro governo que se propôs a debater um novo PPCUB, e reforçou que as questões no entorno da área tombada também impactam e devem ser debatidas. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, ressaltou que não abrirá mão de estruturar a completude do projeto evidenciando e utilizando as áreas que estão em ociosidade. Em tempo, retificou a informação sobre a requalificação nas quadras de 111 e 112, e que na verdade, será nas quadras 511 e 512 da W3 Sul. O presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, José Daldegan Júnior, agradeceu a clara intenção do governo em iniciar um novo Plano com intuito de preservar com a participação da comunidade. Revelou a preocupação com a questão das quadras 700 Sul, que há claro interesse de alguns setores em flexibilizar o uso, considerando uma área sensível. Sugeriu que a revisão do PPCUB seja de 30 anos e não de cinco em cinco anos como proposto anteriormente. Ressaltou que não devem constar prazos para atividades e ocupações irregulares, considerando que pode ser usado como abertura para possíveis legalizações. O representante da Prefeitura da 705 Sul, Amilton Figueiredo, concordou com as falas anteriores, porém acrescentou que a composição dos monumentos envolve sua ocupação por todos e, considerou o debate um princípio importante para elaboração do Plano. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, informou que o tema foi debatido e discutido com o IPHAN para considerar que as residências das 700 continuam como unifamiliares, porém é fundamental avançar e esclarecer à comunidade que há muita invasão de área pública pelos moradores que defendem a questão do projeto original. No entanto, reporta casticamente para os parâmetros de uso, não abordando os parâmetros de ocupação da área pública, a exemplo da Asa Norte que é mais gritante nos tecidos de recorte de área de circulação. Considerou, ainda, a participação do Conselho de Planejamento Local - CLP na Câmara Técnica do PPCUB, conforme pleito do senhor José Daldegan Júnior. Ainda, sobre a sugestão de revisão do PPCUB a cada 30 anos, considerou não ser viável, uma vez que a cidade muda muito nesse período e que parte do Plano é para desenvolvimento da cidade. Ressaltou, ainda, que a disseminação da informação de preservar, resguardar e salvaguardar a cidade é feito boca a boca, em entrevistas, em meios midiáticos, e que há um grande volume de trabalhos técnicos que serão aproveitados do Plano anterior. O representante da Associação dos Proprietários do Setor de Mansões Isoladas Norte - ASPROMIN, Antônio Carlos Osório Filho, relatou sobre a falta de infraestrutura pública na região do Setor de Mansões Isoladas Norte. Ponderou que há três propostas que foram incorporadas no PPCUB, mas que a primeira necessidade é a flexibilização de usos, considerando que a área está ociosa. A segunda, que a área da UnB seja endereçada e, a terceira, sobre uma edificação abandonada localizada no Parque da Enseada que está ruindo, trazendo riscos à comunidade. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, concordou com os pleitos e esclareceu que está acontecendo reuniões com a UnB e que o Parque da Enseada está contemplado no Projeto Orla. Informou, ainda, que recebeu os documentos relativos à Vila Planalto e, que em momento oportuno, serão debatidos na Câmara Técnica. O representante dos Moradores da Vila Planalto, Nilson Alves de Lima, ponderou, também, sobre a Vila Planalto, revelou que o governador na sua campanha eleitoral prometeu dar continuidade nas entregas das escrituras, porém isto não aconteceu. Relatou, ainda, que os equipamentos tombados não estão sendo preservados. Com relação às normas de gabarito, afirma que no Projeto Orla é permitido construir quatro andares e subsolo e, que na Vila Planalto não é possível. Solicita maior atenção as demandas trazidas pelas lideranças do local, pois essas não são ouvidas pelo Governo. O Secretário, Thiago Teixeira de Andrade, informou que a Secretaria de Cidades está com ações bem-sucedidas para limpeza e conservação das cidades, e solicitou a representante daquela Secretaria, presente nesta Audiência, a implementação do programa, também, na Vila Planalto. Ressaltou que a Vila Planalto não está fora do escopo dos projetos da SEGETH. Com relação às escrituras, afirmou que em 2017 será o ano de entregas. Observou, ainda, que há tombamentos específicos e que necessitam de articulação, inclusive, o governador convocou uma reunião com as lideranças para tratar desse assunto, porém não soube especificar a data. O Secretário Adjunto da SEGETH, Luiz Otávio Alves Rodrigues, acrescentou que desde o início da atual gestão foram realizados contatos com as